

Experiência de pessoas com deficiência no ensino superior: um olhar sobre a vivência de empoderamento e autoadvocacia

*Taísa Caldas Dantas**

Resumo

Este artigo tem como foco a experiência de estudantes com deficiência no ensino superior. Seu objetivo é analisar como a inserção de pessoas com deficiência nesse nível de ensino conduz a vivência do empoderamento e da autoadvocacia e rompe com o isolamento social. A história ilumina que não é de hoje que as experiências de exclusão marcam a vida do grupo social constituído pelas pessoas com deficiência, o qual permanece em uma situação de desvantagem social intensa. Esta pesquisa se insere no campo de conhecimento dos Estudos Culturais em Educação, e aderiu à abordagem de pesquisa qualitativa, em que foram analisadas as vozes de estudantes com deficiência da Universidade Federal da Paraíba. Os achados desta pesquisa revelam que a inserção no ensino superior gera autonomia e a participação; a universidade é um ambiente que cria oportunidades para que pessoas com deficiência interajam com pessoas sem deficiência, gerando um círculo de amizades; a presença de estudantes com deficiência na universidade pode trazer também a não aceitação delas por parte dos/as outros/as colegas, os/as quais não conseguem compreender a posição de autoadvogadas; as práticas docentes são elementos-chave para favorecer ou não o processo de empoderamento de pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência; Ensino superior; Autoadvocacia; Empoderamento.

* Professora doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, Paraíba, Brasil.

Experience of people with disabilities in higher education: a look at the experience of empowerment and self-advocacy

Abstract

This article focuses on the experience of students with disabilities in higher education. The objective is to analyze how the insertion of people with disabilities at this level of education leads to the experience of empowerment and selfadvocacy and breaks with social isolation. The story illuminates that it is not today that the experiences of exclusion mark the life of the social group constituted by people with disabilities, which remains in a situation of intense social disadvantage. This research is part of the field of knowledge of Cultural Studies in Education, and adhered to the approach of qualitative research, in which the voices of students with disabilities of the Federal University of Paraíba were analyzed. The findings of this research reveal that insertion in higher education generates autonomy and participation; The university is an environment that creates opportunities for people with disabilities to interact with people without disabilities, generating a circle of friendships; The presence of students with disabilities in the university can also lead to the non-acceptance of them by the other colleagues, who can not understand the position of self-reports; The teaching practices are key elements to favor or not the process of empowering people with disabilities.

Keywords: People with disabilities; Higher education; Self-advocacy; Empowerment.

Introdução

Este artigo tem como foco a experiência de estudantes com deficiência no ensino superior como caminho que conduz a vivência do empoeiramento e da auto-advocacia e rompe com o isolamento social. O argumento central desta pesquisa é o de que o acesso de pessoas com deficiência no ensino superior pode representar um alto nível de empoderamento e de autoadvocacia, já que é decorrente de uma ruptura com o estigma de incapacidade que paira sobre essas pessoas. Isso porque o ensino superior, enquanto um dos patamares mais altos na escala de escolarização, ainda se apresenta restrito a camadas da sociedade que se ajustam aos padrões meritocráticos estipulados.

As históricas experiências de exclusão escolar, que geram processos de invisibilidade social, marcaram de forma ampla a vida de grupos sociais, entre eles os constituídos pelas pessoas com deficiência, fazendo-os permanecer em situação de desvantagem social intensa, especialmente no que se refere à “participação e aos direitos humanos básicos” (NEVES, 2005, p.48). A falta de acesso à educação, ocasionada pela omissão das lideranças políticas na efetivação dos direitos desse grupo, produziu, portanto, restrições de oportunidade em vários setores da sociedade (FERREIRA, 2004; SOARES 2010; FARIAS, 2011).

Tendo em vista essa realidade, surgiram diferentes movimentos de pessoas com deficiência, que contribuíram para consolidação do texto que resultou na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006). Na atualidade, este documento representa um marco, por trazer a necessidade de incluir a voz das próprias pessoas com deficiência em todos os espaços sociais, ao adotar o lema "Nada sobre nós sem nós." Essa busca por direitos e espaço para a afirmação das identidades das pessoas com deficiência redundou no movimento mundial da autoadvocacia (SKILIAR, 2003).

As reivindicações das pessoas com deficiência, assim como outras decorrentes de lutas históricas de movimentos sociais, foram assimiladas na formulação das novas políticas educacionais, engendradas mundialmente e lideradas por agências financiadoras internacionais (CORAGGIO, 2003). A ideia era definir o novo perfil de uma política global, atrelada a uma nova visão liberal, o neoliberalismo. No caso da educação das pessoas com deficiência, foi estabelecida como meta a política de inclusão escolar.

O discurso inclusivo, que tinha como pano de fundo uma determinada visão de direitos humanos, trazia a luta pela eliminação de todas as formas materiais e simbólicas de discriminação, exclusão e segregação de grupos socialmente excluídos - entre eles, o das pessoas com deficiência - em todas as esferas sociais, mais especificamente na educacional, com o estabelecimento de ensino para todos no mesmo espaço institucional, nos níveis básico, profissionalizante e superior.

Indícios dessas recomendações já se faziam presentes na nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), datada de 1996. Passado mais de duas décadas da promulgação da LDB, é desafio das pesquisas científicas que se preocupam com essa problemática de analisar e discutir seus resultados práticos, ressaltando a vinculação das mudanças político-legais brasileiras e as implicações na vida das pessoas com deficiência. Esse desafio é consentâneo com as formulações de Beresford (2013), para quem o conceito de empoderamento transcende o modelo pessoal, na medida em que envolve a esfera política. Pessoal e político são, assim, um processo indissociável.

Com base nesses pressupostos, o presente artigo constitui um recorte de tese de doutorado intitulada "O estudo do empoderamento e da autoadvocacia na vida de pessoas com deficiência no Brasil e no Canadá", a qual analisou experiências individuais, sistemas (leis, políticas, diretrizes) e atitudes sociais que colaboram (ou não) para o processo de empoderamento e autoadvocacia na vida de pessoas com deficiência em contextos diferentes de educação, o Brasil e o Canadá. Aqui apresento as experiências de pessoas com deficiência no ensino superior brasileiro, especificamente na Universidade Federal da Paraíba, através das próprias falas dos sujeitos participantes, dando destaque às práticas que vêm trazendo efeitos negativos e/ou positivos na trajetória individual dessas pessoas, em relação a como essa realidade é representada coletivamente em favor da sua inclusão e empoderamento.

Empoderamento e Autoadvocacia: construindo conceitos

Por entender que a discussão sobre a inclusão das pessoas com deficiência deve ser travada de forma mais ampla e profunda, trago para sua análise um conceito fundamental: o de empoderamento, surgido nos anos 1950 e 1960, a partir do movimento pelos direitos civis e igualdade social das pessoas negras dos EUA.

Dessas lutas, foram sendo construídas diferentes perspectivas ideológicas sobre o conceito de empoderamento. Para fins desta pesquisa, o empoderamento foi adotado enquanto um conceito articulado à autoadvocacia. A partir dele, as pessoas com deficiência aprendem sobre a história de seu grupo social, sua história de vida e seus direitos, e adquirem competências de expressão, reivindicação, participação, comunicação e liderança na sua própria vida, nas instituições educacionais e nos diferentes espaços sociais. O empoderamento pode ser visto, portanto, como um conceito-chave para a obtenção de poder pessoal-coletivo de uma educação libertadora e conscientizadora (FREIRE, 1970; BERESFORD, 2013), em que o grupo de pessoas com deficiência torna-se apropriado de si ao ponto de questionar a normalidade, a legitimidade do tratamento inferiorizado e a cultura que o incapacita.

A autoadvocacia, por sua vez, constitui não só uma atitude proveniente de sujeitos empoderados, mas uma proposta filosófica, científica e social, como conceitua Beresford (2013). Tem por objetivos o rompimento com o ciclo de desempoderamento que circunda a vida das pessoas com deficiência, pois “revela a possibilidade de qualquer indivíduo ser advogado de si mesmo” (SOARES, 2010, p. 15), e o resgate do valor que as pessoas com deficiência possuem como seres humanos, fazendo-as autoras de suas próprias histórias. Esse movimento torna audíveis as vozes de pessoas com deficiência que permaneceram emudecidas por um longo tempo, dando-lhes a oportunidade de viverem de forma autônoma, sem a dependência única de terceiros (GARNER, SANDOW, 1995; GLAT, 2004; NEVES, 2005; SOARES, 2010; DANTAS, 2011).

Embora seja difícil determinar quando o movimento de autoadvocacia começou oficialmente, pode-se dizer que ele foi formalmente reconhecido e definido por pessoas com deficiência na Europa durante a década de 1960 e início dos anos 1970. A ênfase na normalização e desinstitucionalização, na década de 1970, e os movimentos de autoajuda e vida independente, de 1980 (WEHMEYER, AGRAN e HUGHES, 1998), estimularam o desenvolvimento do movimento de autoadvocacia para pessoas com deficiência.

A autoadvocacia, como um movimento de direitos civis para pessoas com deficiência, possui suas raízes no movimento People First (WILLIAMS e SHOULTZ, 1982), organização desse gênero pioneira no mundo. O People First, cuja tradução significa “pessoas em primeiro lugar”, nasceu da insatisfação de pessoas com deficiência intelectual sobre a ideia de valorização da deficiência acima das características pessoais, e se construiu sobre a filosofia de que os sujeitos existem antes de suas deficiências ou qualquer outra condição.

Em termos conceituais, a autoadvocacia não é passível de uma única definição, uma vez que ela remete a vários significados e tem crescido em complexidade ao longo dos anos. Williams e Shoultz (1982, p. 159) indicam que “a autoadvocacia diz respeito a falar ou agir por si mesmo. Significa escolher o que é melhor para você e assumir a responsabilidade de consegui-lo [...]”.

A junção desses dois paradigmas – empoderamento e autoadvocacia - podem ser fundidos como um conceito-chave de processos educacionais que visam a obtenção de poder pessoal-coletivo, como é a perspectiva educacional libertadora e conscientizadora (FREIRE, 1970; BERESFORD, 2013), em que os grupos de pessoas historicamente excluídas tornam-se apropriados de si ao ponto de questionarem os padrões estabelecidos pela normalidade como, por exemplo, a legitimidade do tratamento inferiorizado e a cultura de incapacidade direcionada às pessoas com deficiência.

○ caminho da pesquisa

Para problematizar o processo de empoderamento e autoadvocacia por meio da experiência de estudantes com deficiência no ensino superior, adotei os Estudos Culturais - EC, como campo de análise, porque considerei que este campo de conhecimento considera as relações entre os sujeitos e a relação do indivíduo consigo mesmo, para além da visão macroestrutural, e, desse modo, percebe-as dentro de arranjos culturais, representações e simbologias, além do compromisso político epistemológico de fortalecer grupos sociais oprimidos pelas classes e culturas dominantes (COSTA, SILVEIRA e SOMMER, 2003; ESCOSTEGUY, 2001; JOHNSON, 2006; HALL, 2006).

Nessa ótica, foi possível questionar o estigma de incapacidade colocado, por séculos, sobre as pessoas com deficiência, tomando por base a fluidez, instabilidade e complexidade que caracteriza as identidades (HALL, 2006). Esses fundamentos, contidos nos Estudos Culturais, permitiu-me direcionar outro olhar para as pessoas com deficiência que, fortalecido pelo movimento de autoadvocacia, proporciona uma identidade social não mais resumida à deficiência que possuem, mas envolve uma multiplicidade de aspectos que compõe o ser humano.

O caminho teórico-metodológico foi consentâneo, assim, com a fluidez propagada pela pós-modernidade, na busca por entender os aspectos contingenciais existentes no cruzamento da realidade objetiva e subjetiva dos sujeitos. Baseei-me na ideia de que os EC “não se configuram numa ‘disciplina’ mas numa área onde diferentes disciplinas interatuam, visando ao estudo de aspectos culturais da sociedade” (ESCOSTEGUY, 2001, p.27). As expressões culturais estão, portanto, em contextos diversos, instituições e normas, com base em relações de poder e na história de vida de cada grupo social.

Por meio de uma abordagem fundamentalmente qualitativa (KINCHELOE, MCLAREN, 2006; POUPART et al., 2008), foi realizado:

- (a) Levantamento documental do marco político-legislativo que trata dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil;

- (b) Levantamento da literatura que problematiza o empoderamento e autoadvocacia, incluindo traduções de material em Língua Inglesa;
- (c) Entrevistas semiestruturadas;
- (d) Observações participantes e não participantes.

Estiveram envolvidas na pesquisa¹ que apresento neste artigo três pessoas com deficiência de diversos contextos, que vivem em diferentes regiões brasileiras, e coordenadoras de projetos que abordam o protagonismo de pessoas com deficiência no Brasil (Associação Carpe Diem, em São Paulo/SP, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, em Brasília/DF, e Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa/PB).

As entrevistas semiestruturadas ocorreram entre 2011 e 2014. Foi o momento de maior contato com os/as participantes, quando foi possível explorar os aspectos até então levantados através da observação não participante. A entrevista foi realizada por meio de um roteiro semiestruturado com questões mais gerais que foram aprofundadas e ampliadas no momento da conversa.

A vivência de pessoas com deficiência no ensino superior da UFPB

O ingresso na educação superior é um elemento na vida de pessoas com deficiência que permite o empoderamento e a autoadvocacia, uma vez que, para elas, a chegada nessa etapa de ensino significa que precisou superar diversas barreiras sociais e apresentou capacidade não só de estar ali, mas de, futuramente, atuar no mercado de trabalho. Esses critérios, por si sós, imprimem uma postura de empoderamento, reforçada pela formação superior em si, que permite as pessoas gerirem suas vidas, por meio da aquisição de competências que lhes proporcionam o desenvolvimento nas funções escolhidas. Esses aspectos são importantes vetores na vida das pessoas com deficiência, que historicamente foram tuteladas e, por isso, precisam ainda mais desenvolver o empoderamento antes, durante e depois da formação superior:

Abordagens profissionais sobre empoderamento têm estado particularmente preocupadas com o empoderamento pessoal. Empoderamento pessoal está associado à preocupação com as pessoas serem capazes de desenvolver novos e diferentes entendimentos sobre si mesmos e sobre seu mundo, então eles/elas estão melhor equipados/as para responder às oportunidades de tomar o poder. Assim, o empoderamento torna-se particularmente preocupado com as pessoas que ganham uma maior responsabilidade para gerir suas vidas, relacionamentos e circunstâncias; (BERESFORD, 2013, p. 5-6).

Abordagens profissionais sobre empoderamento têm estado particularmente preocupadas com o empoderamento pessoal. Empoderamento pessoal está associado à preocupação com as pessoas serem capazes de desenvolver novos e diferentes entendimentos sobre si mesmos e sobre seu mundo, então eles/elas estão melhor equipados/as para responder às oportunidades de tomar o poder.

Assim, o empoderamento torna-se particularmente preocupado com as pessoas que ganham uma maior responsabilidade para gerir suas vidas, relacionamentos e circunstâncias; (BERESFORD, 2013, p. 5-6).

Essa importância foi explicitada por um estudante surdo, Pedro², ao descrever a importância de chegar ao ensino superior e sua autonomia na escolha da área de estudo:

Quando fui aprovado no vestibular, fiquei muito feliz. Estudo no IFPB há quatro anos e eu mudei duas vezes de curso porque eu não tinha afinidade com o curso, mas agora eu tenho afinidade com o curso de gestão ambiental. Hoje eu faço dois cursos: o curso técnico em meio ambiente e o curso superior de gestão ambiental. O curso técnico que eu faço é longe, mas não tem problema não. São mais ou menos 2h de ônibus, mas quando eu chego lá, eu não me preocupo porque eu gosto muito. Lá eu tenho muitos amigos ouvintes e eles estão aprendendo Libras.

É possível perceber, na fala de Pedro, que ele é uma pessoa convicta de si mesmo e de suas escolhas de vida, tendo em vista que não desistiu diante da dificuldade perante um curso inadequado para ele e da dificuldade para chegar diariamente à universidade. Sua busca por uma área de conhecimento na educação superior foi fruto de suas próprias experiências e essa atitude do estudante revela a autonomia e a participação – elementos que contemplam os princípios da autoadvocacia. Tal postura também perpassa outras áreas da vida do estudante, que busca fazer valer sua voz dentro de sua própria família ou em espaços sociais, como a universidade, fato observado em momentos informais compartilhados com ele, quando pudemos constatar sua luta pelo direito de ser homossexual e de ter a presença de um intérprete de Língua de Sinais. Esta última conquista foi relatada pelo jovem da seguinte forma:

Dentro do IFPB, eu recebo todo o apoio pedagógico que preciso, os professores são muito bons, possuem uma mente aberta, e também estão aprendendo Libras para se comunicar comigo. No que se refere aos intérpretes, eu tenho direito a um intérprete para cada disciplina, mas essa conquista não foi algo fácil, mas fruto de minha luta com o Ministério Público.

A consciência de Pedro, acerca do ‘poder’ do Ministério Público em disponibilizar o intérprete de Libras, mostra que o estudante tem conhecimento da legislação e dos órgãos que são capazes de prever, fiscalizar e punir os casos em que ocorre a violação dos direitos das pessoas com deficiência. Essa posição do estudante é clara em pessoas que são autoadvogadas, nas suas posturas de autonomia, participação social e defesa de seus direitos (GLAT, 2004).

Outro aspecto que merece destaque é a consciência de Pedro quanto à sua condição de ser surdo e a importância de disseminar a Língua de Sinais entre a comunidade acadêmica. Na sua experiência, ele destaca com satisfação o fato de seus/suas professores/as e colegas ouvintes buscarem aprender a Libras (Língua Brasileira de Sinais), um fator fundamental para a troca de experiência:

Na universidade tem o curso de Libras, muitos dos meus colegas se inscreveram. Eu também ensino a eles para eles poderem evoluir, pois eles estão sempre comigo. Eu tenho um grupo de três homens e duas mulheres e só tem eu de surdo.

A pesquisa de McVillya et al (2006) identifica em grupo de autoadvocacia que as amizades podem desempenhar importantes papéis na população em geral, como a mediação do conflito, a gestão da ansiedade e resolução de problemas. Dessa forma, o fato de Pedro ter formado um círculo de amigos, considerados dentro do padrão de normalidade, é um fator fundamental para ele se sentir parte do ambiente e assim ter segurança para disseminar suas necessidades.

Também para Maria, estudante com deficiência visual, o ambiente universitário mostrou-se acolhedor e de trabalho cooperativo:

Meus colegas também me apoiam. Na universidade, eu tenho uma boa relação com os professores e os colegas. Nos trabalhos em grupo, eu não tenho dificuldade e não me sinto excluída porque as minhas colegas sempre chamam “Alseni vem fazer comigo”.

A escuta e o envolvimento dos colegas com e sem deficiência em ambientes de estudo é relevante porque representa um movimento contrário à segregação, ao silenciamento e à invisibilidade (SOARES, 2010; DANTAS, 2011), que foi imposta, historicamente, às pessoas com deficiência, que, ainda nos dias de hoje, correm risco de sofrer tais práticas de exclusão. Por outro lado, o estudo de McVillya et al (2006) traz o depoimento de uma jovem com deficiência que encontra dificuldade para fazer amizades com pessoas sem deficiência:

É difícil de ter amigos, se eles não têm deficiência, eles simplesmente não entendem. Não sei, acho que é por isso que você deve se apegar a amigos que têm deficiência. Você tenta ter amigos e, em seguida, eles descobrem que você tem deficiência e eles se afastam (McVILLYA et al. 2006, p. 13).

Esse sentimento foi externalizado também por Josefa, uma estudante do curso de Pedagogia na UFPB com deficiência física e participante desta pesquisa. Ela relata que tem encontrado dificuldade em fazer amizade, por várias razões:

A minha relação na UFPB é a melhor possível, os professores me respeitam, com exceção dos alunos da minha sala. Na minha sala tem 40 alunos, dos quais, 6 a 8 falam comigo, e uma colega minha procurou fazer uma sondagem pra ver porque eles não falavam comigo. Uma das minhas colegas da sala falou que “eu me sentia muito”, elas falaram que, por mais que eu precise, eu não aceito ajuda. Elas acham ruim, porque eu sempre digo “eu consigo”.

As pessoas com deficiência sempre foram vistas como dependentes e que precisam de cuidados e tutela. O fato de Josefa ser uma mulher independente desafia o estereótipo a ela direcionado e justifica a não aceitação de suas colegas. Goffman (1988) afirma que os padrões e as expectativas normativas é que são responsáveis por vincular atributos e comportamentos às pessoas com deficiência. Nesse mesmo sentido, Neves (2005) discorre que a ideia da autoadvocacia foi muito difícil para as

pessoas que convivem com as pessoas com deficiência, como pais, amigos, professores, uma vez que estes não 'aceitam' a construção da autonomia dessas pessoas e constroem um solo de muita tutela e proteção.

As práticas docentes também são elementos-chave para favorecer ou não o processo de empoderamento de pessoas com deficiência. Josefa revela que precisa 'lembrar' que tem deficiência física para ter uma aula acessível, porque tem aulas que ela diz que não são planejadas para sua participação, como, por exemplo, no caso que ela descreve:

Agora mesmo teve um passeio na Bica e eu não consegui ir, e eu fui falar com a professora e ela disse que ia fazer uma votação na sala e é lógico que a sala toda votou na Bica. Aí eu fui procurar saber como ficaria minha situação e a professora virou para mim e falou: "eu não reprovou ninguém por causa de falta, você fique em casa descansando e eu te dou a nota, te dou 10". E eu perguntei para ela: e meu aprendizado?

O fato de a professora atribuir a nota sem a estudante participar é algo totalmente contrário à ideia de empoderamento e reitera a visão assistencialista da sociedade sobre esse grupo. Essa postura da professora traz o vestígio do modelo médico da deficiência, em que essas pessoas eram cuidadas e ajudadas até nas atividades simples do dia a dia, por se acreditar na sua incapacidade de realização. A não participação e consequentemente a não aprendizagem curricular são violações graves de direitos humanos, pois intensificam a desigualdade desse grupo e impedem a formação superior equânime de Josefa. O fato de a professora se basear na ideia de que o que importa é a maioria dos estudantes – na sua escolha metodológica – fere o princípio constitucional (BRASIL, 1988), de que todos têm direito à participação educacional, sem que seja admitido qualquer tipo de discriminação.

Ao tratar sobre isso, Ferreira (2004) alega que a visão homogênea sobre a sala de aula contribui para a exclusão das pessoas com deficiência no sistema de ensino regular. Os estudantes com deficiência passam a ser vistos como únicos diferentes, os desviados da norma (GOFFMAN, 1988). Ao contrário, as pessoas com deficiência são diferentes como qualquer outro aluno/a sem deficiência, isto quer dizer que possuem "estilos de aprendizagem diferentes, são altos ou baixos, magros ou gordos, são melhores em português ou em matemática, uns possuem linguagem e vocabulário melhor do que outros, etc" (FERREIRA, 2004, p. 6).

Os professores/as que se sentem responsáveis pela inclusão na educação de pessoas com deficiência auxiliam a criar oportunidade de participação e quebrar o estereótipo de incapacidade: "Deficiente? Logo não tem capacidade para aprender! Tal crença somada à resistência contra a diferença entre as pessoas cria as bases para a exclusão sumária" (FERREIRA, 2004, p. 6). Ao contrário, o/a professor/a comprometido com a inclusão e com a construção da autonomia, que perpassa o empoderamento, permite o desenvolvimento integral de estudantes com deficiência, conforme mostram as experiências a seguir, de projeto de extensão e pesquisa do qual Maria participou durante sua formação:

Faço o estágio na escola através da universidade. Eu tenho várias funções: auxílio uma professora na sala de aula, levo texto para trabalhar com os alunos, dou o apoio à professora com os alunos quando eles estão com dificuldades, pois tem professor que nem chega perto do aluno. Esclareço as dúvidas. Eu gosto. Além de fazer o estágio na escola, também sou bolsista da CAPES na pesquisa do Observatório Nacional da Educação Especial (ONEESP), um projeto coordenado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar - São Paulo) em parceria com outras 17 universidades no Brasil. Estou aprendendo muito. Eu sou a única bolsista com baixa visão deste projeto no Brasil todo.

O reconhecimento da capacidade de estudantes universitários com deficiência pode oportunizar participações que permitam a esses estudantes 'dar saltos' significativos na educação superior. A experiência de Maria é um caso particular entre os estudantes universitários com deficiência, pois poucas são as vezes que, estando na universidade, eles têm a oportunidade de participar de grupos de pesquisa, eventos científicos e serem bolsistas de projetos. Maria aponta que ela foi a única bolsista com deficiência do Observatório Nacional da Educação Especial.

Situações como a que vivenciou Maria, de participar de projetos e pesquisas no curso, motivaram-na a continuar os estudos em níveis de mestrado e doutorado, conforme ela relata:

Em 2012, no meio do ano, eu concluo o Curso de Pedagogia e tenho muitos planos e projetos para o futuro, o máximo que puder. Eu quero fazer mestrado, eu quero fazer doutorado e me tornar professora universitária. É isso que eu quero, que eu desejo.

Ter o ideal de chegar à pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, como Maria, expressa uma força de vontade interior – fruto do empoderamento – que ultrapassa as históricas barreiras de exclusão nesse nível de ensino: se estudantes com deficiência encontram barreiras para concluir a educação básica, para a aprovação no vestibular e também barreiras durante a formação universitária, isso se intensifica ainda mais nos processos de entrada em mestrado e doutorado que são bastante seletivos para estudantes em geral e ainda não incluem as questões de acessibilidade para as pessoas com deficiência.

A criação de oportunidade de desenvolvimento para as pessoas com deficiência depende da crença dos docentes e equipe pedagógica da educação superior. A política de inclusão é importante, nesse nível de educação, porque permite reforçar o direito que esse grupo social tem de ter uma educação de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 1988, 1996, 2008, 2009, 2011). A educação superior é um ambiente em que são valorizados o conhecimento e a cognição, aspectos que historicamente influenciaram a vida de pessoas com deficiência, por este grupo trazer o estigma de incapacidade e deficiência ser sinônimo de dificuldade de aprendizagem.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar a experiência de estudantes com deficiência no ensino superior como caminho que conduz a vivência do empoderamento e da autoadvocacia e rompe com o isolamento social. O nosso principal argumento é que o ingresso na educação superior é um elemento na vida de pessoas com deficiência que permite o empoderamento e a autoadvocacia, uma vez que, para elas, a chegada nessa etapa de ensino significa que precisou superar diversas barreiras sociais e apresentou capacidade não só de estar ali, mas de, futuramente, atuar no mercado de trabalho.

Os conceitos de empoderamento e autoadvocacia foram tomados nesta pesquisa como processos educacionais fundamentais de obtenção de poder pessoal-coletivo para uma vida ativa e participativa na sociedade. Nessa perspectiva os achados desta pesquisa, a seguir apresentados, revelam o ensino superior como um campo que proporciona a formação de sujeitos autoadvogados e empoderados, seja pelas barreiras que precisam enfrentar diariamente para permanecer na universidade, seja pela obtenção de conhecimento e fortalecimento da convivência com os pares.

O primeiro achado desta pesquisa revela que a inserção no ensino superior gera autonomia e participação – elementos que contemplam os princípios da autoadvocacia. Tal postura também perpassa outras áreas da vida, como foi evidenciado na vida de Pedro, que busca fazer valer sua voz dentro de sua própria família ou em espaços sociais, como a universidade, fato observado em momentos informais compartilhados com ele, quando pudemos constatar sua luta pelo direito de ser homossexual.

O segundo achado das nossas análises foi perceber a universidade como ambiente que cria oportunidades para que pessoas com deficiência interajam com pessoas sem deficiência, gerando um círculo de amigos, as quais são imprescindíveis para a autoadvocacia (MC VILLYA et al, 2006). Esse aspecto é observado na vida de Pedro e de Maria. Pedro não se sente inferiorizado por causa da deficiência, ao contrário, ensina Libras para os seus colegas sem deficiência e possui uma rede grande de amigos/as. Maria consegue interagir com docentes e pessoas sem deficiência com autonomia ocupando espaços singulares, como a participação na condição de única estagiária cega do Brasil em um projeto de pesquisa nacional.

Por outro lado, o terceiro resultado da pesquisa também evidencia que a inserção de pessoas com deficiência nas universidades pode trazer a não aceitação delas por parte dos/as outros/as colegas, os/as quais não conseguem compreender a posição de autoadvogadas e continuam a tratá-las como os “coitadinhos” da educação especial. Isso é revelado no discurso de Josefa. Esta se sente rejeitada pelos/as colegas da turma ao afirmar sua identidade de pessoa com deficiência, uma vez que suas colegas de sala pensam que ela está procurando levar vantagem, e não exigindo a efetivação de seus direitos.

O quarto e último achado desta pesquisa revela que as práticas docentes também são elementos-chave para favorecer ou não o processo de empoderamento de pessoas com deficiência, como é refletido nos depoimentos de Josefa. Josefa precisa

‘lembrar’ que tem deficiência física para ter uma aula acessível. Alguns/as professores/as não se sentem “preparados” para lidar com esses alunos/as e reforça práticas que são totalmente contrárias à ideia de empoderamento e reitera a visão assistencialista da sociedade sobre esse grupo.

Concluimos esse texto afirmando que esse estudo traz a reflexão sobre o empoderamento e a autoadvocacia deve perpassar todos os níveis de ensino, a começar da análise da seletividade da educação superior, em que, cotidianamente, estudantes com deficiência são classificados através dos métodos e práticas de ensino. Isso quer dizer que a conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência é um caminho de mão dupla, em que também a comunidade universitária deve ser alvo, em prol dos direitos das pessoas com deficiência. Isso faz com que haja uma maior reflexão sobre atitudes como superproteção à pessoa com deficiência, segregação e/ou invisibilidade no ambiente acadêmico. A universidade deve funcionar, então, como um lugar em que a aprendizagem envolva processos culturais, modos diferentes de elaboração, de modo a reverter valores como medo, pena, proteção exacerbada, submissão e outros mecanismos sociais que não favorecem o empoderamento e a autoadvocacia de pessoas com deficiência.

Referências

- BERESFORD, P. Empowerment and Emancipation. **Encyclopedia of Disability**. Ed. Gary L. Albrecht. Vol. 2. Thousand Oaks, CA: SAGE Reference, 2013. 593-601. Gale Virtual Reference Library. Web. 22 Oct. 2013. Disponível em: <<http://go.galegroup.com/ps/i.do?id=GALE%7CCX3469300294&v=2.1&u=ubcolumbia&it=r&p=GVRL&sw=w&asid=d4cd5c3e0dfd1290638286a54995e13e>>. Acesso em: 20 ab. 2014.>
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Decreto nº 7.612/2011**. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Plano Viver sem Limites. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm>. Acesso em: 23 set. 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- INEP. Ministério da Educação. Resumo Técnico: **Censo da Educação Superior (2009)**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico2009.pdf> Acesso em 10/02/2012.
- CORAGGIO, J. L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Miriam Jorge e HADDAD, Sérgio (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- COSTA, M. V.; SILVEIRA, R. H.; SOMMER, L. H. Estudos Culturais, educação e pedagogia. In: **Revista Brasileira de Educação**. Maio/Jun/Jul/Ago, Nº 23, 2003, p. 36 -61.
- DANTAS, T. C. **Jovens com deficiência como sujeito de direitos: o exercício da autoadvocacia como caminho para o empoderamento e a participação social**. João Pessoa: UFPB, 2011. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, 2011.
- ESCOSTEGUY, A. C. D. **Cartografias dos Estudos Culturais: uma Versão Latino Americana**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FARIAS, A. Q. de. **Gênero e Deficiência: Vulnerabilidade Feminina**, Ruptura e superação. Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2011.

- FERREIRA, W. B. Invisibilidade, crenças e rótulos: Reflexão sobre a profecia do fracasso educacional na vida de jovens com deficiência. **IV Congresso Brasileiro sobre Síndrome de Down**. Família, a gente da inclusão. 09-11 de Setembro de 2004. Bahia. Disponível em: <www.federacaoinddown.org.br> Acesso em 04 mar. 2012
- EJA e Deficiência: estudo da oferta da modalidade **EJA para estudantes com deficiência**. In: AGUIAR, Márcia Angela (Org.). Educação de Jovens e Adultos: o que dizem as pesquisas. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos, 2009, p. 75-128.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra, 1970.
- GARNER, P.; SANDOW, S. **Advocacy, Self-advocacy and Special Needs**. London: David Fulton, 1995.
- GLAT, R. Auto-defensoria / Auto-gestão: movimento em prol da autonomia de pessoas com deficiência mental - uma proposta político-educacional. **Anais do 9º Congresso Estadual das APAEs de Minas Gerais**, disponível em CDRom. Belo Horizonte/MG, 2004.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1988.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- JOHNSON, R.; SILVA, T. T. da (Org. e trad.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** 3. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- KINCHELOE, J. L.; MCLAREN, P. Repensando a teoria crítica e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens** / tradução: Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 15-35.
- McVILLY, K. R.; Roger J. S.; Trevor, R. P.; Rosanne, M. B. S. Self-advocates have the last say on friendship. **Disability & Society**. Vol. 21, No. 7, December 2006, pp. 693-708.
- NEVES, T. R. L. **Educar para a cidadania**: promovendo a autoadvocacia em grupos de pessoas com deficiência. São Carlos: UFSCAR, 2005. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos.
- ONU. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006)**. Disponível em: <<http://www.acessibilidadeweb.com/luso/Convencao.pdf>> Acesso em: 10/02/2014.
- POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L. H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. **A pesquisa qualitativa**: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- SKLIAR, C.. **Pedagogia (Improvável) da Diferença**: e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003.
- SOARES, A. M. M. **Nada sobre nós sem nós**: formando jovens com deficiência para o exercício da autoadvocacia. João Pessoa: UFPB, 2010. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, 2010.
- WEHMEYER, M. L.; AGRAN, M.; HUGHES, C. **Teaching self-determination to students with disabilities**: basic skills for successful transition. PH Brookes Publishing Company, 1998.
- WILLIAMS, P.; SHOULTZ, B. **We can speak for ourselves**: self-advocacy by mentally handicapped people. London: Souvenir, 1982.

Notas

¹ Este artigo é um recorte de tese de Doutorado, por isso, apresentamos aqui apenas alguns achados do estudo.

² Nessa pesquisa foram utilizados nomes fictícios para garantir a privacidade dos participantes.

Taísa Caldas Dantas

Correspondência

Taísa Caldas Dantas – A Universidade Federal da Paraíba. Cidade Universitária, s/n - Castelo Branco III, João Pessoa. CEP: 58051-085. João Pessoa, Paraíba, Brasil.

E-mail: taisa.cd@gmail.com

Recebido em 4 de abril de 2017

Aprovado em 10 de julho de 2017



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)